Politica portugueza na Africa: memoria historica e politica.

POLITICA PORTUGUEZA

NA

AFRICA

MEMORIA HISTORICA E POLITICA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1889

POLITICA PORTUGUEZA NA AFRICA

POLITICA PORTUGUEZA NA AFRICA

POLITICA PORTUGUEZA

NA

AFRICA

MEMORIA HISTORICA E POLITICA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1889

É felizmente incontestavel que as duvidas tanta vez levantadas ao reconhecimento da soberania portugueza nas regiões banhadas pelo Zambeze e ao empenho, revelado por Portugal, de assentar a sua influencia n'uns pontos, de a dilatar n'outros, das costas e do coração da Africa, não derivam de um malevolo proposito de acintosa hostilidade. As injustiças de que, a tal respeito, haja de queixar-se Portugal, procedem de um desconhecimento, tão sincero quanto lamentavel, da historia portugueza antiga e moderna no respeitante ao continente escuro.

Accusou-se, e accusa-se ainda, Portugal de ter intencionalmente occultado muitos de seus descobrimentos e grandes feitos geographicos e politicos nos mundos que primeiro devassou.

Foi esta accusação repetida por Balbi e mais recentemente renovada por Burton. É grato declarar que um nobre pensamento a suggeriu aos dois illustres geographos: o intuito de reivindicar para os portuguezes glorias, de que se tem procurado esbulhal-os, talvez sem ruim tenção. E é justo reconhecer que alguma verdade existe n'essa accusação. Portugal substituiu-se audaz e felizmente no oriente á senhoria de Veneza; e n'este como em outros pontos, não pôde deixar de seguir-lhe o exemplo. Sem embargo, um vasto numero de livros, ainda hoje, e hoje principalmente, preciosos, escriptos por viajantes, na ma-

xima parte missionarios, ácerca das terras visitadas ou descobertas pelo valor portuguez, prova que não seguimos, tanto quanto é uso affiançar-se, o proceder suspeitoso da grande republica.

Hoje, em todo caso, ninguem deixará de reputar util, necessaria mesmo, a divulgação de factos, que, desconhecidos, ou meramente deslembrados, explicam e justificam os intuitos de Portugal e imprimem ás suas actuaes aspirações o caracter, ora de reivindicação de antigos direitos havidos, quanto possivel, por titulo oneroso, ora de dever sempre desinteressadamente cumprido e que seu governo não reputa nobre, nem sequer licito, declinar.

A politica portugueza no tocante á Africa oriental reduz-se naturalmente a dois pontos simplices. Estabeleceram-se estes pontos nos primeiros tempos da conquista e ainda hoje, estreitamente unidos, constituem o fim da actividade portugueza n'essa parte da Africa. São os seguintes:

I

A exploração e occupação do Zambeze e regiões adjacentes.

II

A ligação, para o commercio e para a cultura, da costa oriental e da occidental da Africa.

1.° Não é contestavel que foram os portuguezes os primeiros que tiveram noticia do Zambeze, e, depois, trato e commercio n'elle. Uma de suas bôcas, denominada agora rio de Quelimane, e, ao tempo de seu descobrimento, rio dos Bons Signaes, pela primeira vez a viu e visitou Vasco da Gama em 24 de janeiro de 1498, segundo João de Barros, ou, em 25 d'esse mez, segundo Gaspar Correia. Apenas sobre esta tenuissima questão de chronologia podem hoje subsistir duvidas.

É notorio que alguns dos portos da costa oriental foram desde logo freqüentados como portos de arribada, para aguada e carnagem, na derrota das frotas da India. Não se incluiu entre

estes o rio dos Bons Signaes; mas, sem embargo, foi elle, com Moçambique, onde nos primeiros annos do seculo XVI assentavamos certo e definitivo dominio, ininterruptamente mantido até hoje, e com Melinde, onde foramos desde o principio benignamente agasalhados, o ponto para o qual mais particularmente se dirigiu a attenção de nossos mareantes no ultramar, e de nossos homens publicos na metropole.

Esta verdade, que, ao primeiro aspecto, poderá parecer estranha, é perfeitamente natural. Explicam-a absolutamente as seguintes circumstancias hoje, ainda mal, um pouco deslembradas.

As tão famosas e procuradas especiarias, que os portuguezes navegavam da India, tinham uma d'estas tres procedencias: ou eram dadiva de amizade e alliança, ou pareas de vassallagem, ou mero fructo do trato commercial. Este ultimo manancial era, naturalmente, o mais fecundo e rico. Importava mantel-o a todo custo. Os productos da industria portugueza, ainda os da industria europêa, pouca ou nenhuma acceitação tinham no oriente. As carracas e galeões, pois, que traziam ao Tejo a maça, a pimenta, a canella e as outras especiarias, não poderiam, com vantagem, transportal-os para lá. Era preciso achar mercadoria que servisse ao trafico da India. Os metaes preciosos, os melhores de todos, não abundavam em Portugal. Em breve, porém, nos persuadimos que a Africa oriental nos podia auxiliar efficazmente. Possuia ella, na absoluta rudeza, em que ao tempo se nos deparou, dois productos uteis: oiro e escravos.

Os portuguezes começaram desde logo o resgate d'estes productos.

Por então, e ainda muito depois, ninguem o ignora, o trafico dos escravos, não só se tinha universalmente por legitimo, mas disputava-se a invejas entre os povos cultos[1].

---

[1] Todas as nações civilisadas exerceram o trato de escravos, hoje tão geral e justamente reputado nefando, sem reserva e sem escrupulos. Moderadamente, italianos, dinamarquezes, suecos. Com mais afinco e lucro os hollandezes: era elle o principal ramo mercantil da companhia neerlandezadas Indias Orientaes (Engelmann: *Geschichte des Handels und Weltverkehrs*, s. 163). Mais do que estes, os francezes, principalmente, e por motivos

Os escravos eram producto muito acceito principalmente na Persia e na Arabia; o oiro, na India. Ora escravos não escasseavam na Zambezia, e o oiro abundava; traziam-o á costa negros, procedentes de regiões mais ou menos vizinhas do Zambeze. Principiou então a vogar, quasi universalmente acceito, o vago rumor, a tradição vaga, de que por ali demorava Ophir, o paiz biblico do oiro. Para a bemfadada região começaram de convergir os esforços de quantos se occupavam entre nós de cousas ultramarinas. Haviam a principio fugido d'aquella secção da costa os mareantes de Portugal; que a navegação desde o cabo das Correntes até Moçambique —attesta-o o roteiro de D. João de Castro— era tida por a mais difficil e perigosa de toda a viagem da India. Mas em pouco tempo convertia-se, e pelas rasões apontadas, esse vasto territorio, vaga e arbitrariamente denominado Zambezia do nome do grande rio que o banha, no centro da actividade portugueza, n'aquella parte do mysterioso continente.

obvios, depois de empenhada a lucta da Inglaterra com as suas colonias da America. Mais que todos talvez, a Inglaterra, que ainda em 1713 na paz de Utrecht, arrancava á Hespanha o privilegio, que hoje reputára duplamente odioso, de transportar ás colonias hespanholas 144:000 negros em trinta annos. «Pelo tratado de Utrecht, dizia aos communs de Inglaterra, na sessão de 15 de junho de 1810, lord Brougham, pelo tratado de Utrecht, que a execração dos seculos deixou menos censurado que cumpria, aprouve-nos alcançar, por unica retribuição de Ramilies e Blenheim, um quinhão a mais no amaldiçoado trafico». O mesmo ou analogo privilegio foi, na paz de Aquisgrana de 1748, conferido á companhia ingleza do mar do sul por quatro annos. É certo que pouco depois foi tal privilegio extincto pelo tratado de Madrid de 5 de outubro de 1750, mas só mediante uma pesada indemnisação, que a Inglaterra se não descuidou em reclamar, tão certa estava da pureza e legitimidade do direito, de que por esse tratado desistia. Lord Brougham exprimia, com a mais significativa precisão, o afan da Inglaterra em desenvolver então o trafico, contra o qual hoje tão nobremente se insurge, e a repugnancia que, por muito tempo teve, em contribuir para sua inteira abolição. «Eu desejo, exclamava na sessão de 16 de junho o eloquente orador e estadista insigne, que a Inglaterra exerça em favor da abolição a decima parte da influencia que empregou, com tão fatal resultado, em desenvolver o trafico, quando, pelas suas campanhas e pelos seus tratados, adquiriu o dominio de illimitadas regiões, e devastou então as aldeias e sertões da Africa...»

Essa actividade affirmou-se, desde o começo até os nossos dias, por estes cinco traços caracteristicos:

I. Occupação militar e commercial das margens do grande rio.

II. Creação de feiras mercantis, onde se não reputava prudente ou necessario assentar dominio.

III. Estabelecimento de missões religiosas.

IV. Conquista, protectorado, alliança ou mero accordo celebrado com as tribus e regulos vizinhos.

V. Applicação do systema denominado dos prazos da corôa á região do Zambeze nos territorios possuidos por Portugal.

I. Conhecem-se os principaes centros de commercio, de cultura, e póde acrescentar-se de conquista, assentes por Portugal nas margens do Zambeze. São: Quelimane, Tete, Senna e Zumbo.

As rasões da escolha determinaram-as de certo as condições especiaes do trato. Essas condições têem-se modificado profundamente n'um lapso de seculos. Uma é perfeitamente conhecida e subsiste naturalmente: a vizinhança do rio, e, por consequencia, a certeza de accesso facil ao commercio, ou a auxilios que, em caso de perigo, se requeressem. A grandeza e importancia d'esses centros são innegaveis. Hoje attestam-as apenas a grandeza e importancia de suas ruinas. Não se deve porém esquecer que a sinceridade, o zêlo, a dedicação de Portugal na extincção da escravatura contribuiram poderosamente para essa decadencia. A pouco e pouco irá desapparecendo a crise que a christã resolução e o humanitario zêlo, com que por parte de Portugal tem sido realisada tal resolução, necessariamente produziram. As antigas povoações de Rios de Sena poderão e deverão renascer e progredir.

II. Eram estes logares simultaneamente centros militares e depositos mercantis. As fazendas européas transportavam-se d'ahi a grandes distancias, e vendiam-se em feiras ao gentio, avido de roupa e avelorios. O numero completo e a exacta designação d'esses mercados passageiros, a que concorria o gentio de partes muita vez remotas, apagaram-se infelizmente com as vicissitudes dos tempos nos registos publicos. Ainda porém se podem

citar alguns, cuja memoria sobrevive, graças de certo á prosperidade ou duração de taes feiras. São assim ainda hoje conhecidas, entre muitas outras, as feiras de Luane, Massapa e Manica, as de Chipiriviri, Mixonga, Ungue, Umba, Chipangura, Matura. Todas estas possuiam igrejas e parochias, o que só de per si prova a existencia de uma organisação administrativa. Havia a mais, a de Quanze, a 35 leguas de Tete para o sul, e uma em Bocuto, a 13 leguas do Quanze para o interior. Não se contentava porém o mercantilismo portuguez d'estes pontos certos de troca fixa e periodica. Alguns mercadores, mais avidos ou audazes, percorriam com seus carregadores, para o resgate do marfim e principalmente do oiro, os mais afastados pontos do sertão oriental. Não é facil determinar agora até onde se estendiam essas peregrinações mercantis para o sul e para o oeste. Com respeito ao norte póde sem receio de erro asseverar-se, como se verá em breve, que alcançaram, no seu melhor periodo, a região dos lagos, e, designadamente, o Nhassa ou Nyassa. Em Fura ou Afura, que mais particularmente se presumia ser a Ophir de Salomão, resgatavamos o oiro, que então ia por nossas mãos, como «antigamente ia, na phrase do chronista, por via dos mouros de Moçambique e de Quiloa antes que os portuguezes conquistassem estas terras». Ainda recentemente, affirma-o na sua conhecida Memoria estatistica o intelligente governador de Moçambique Sebastião Xavier Botelho. os mercadores portuguezes do Zumbo mandavam pelo sertão dentro fazendas até Abutua, capital do territorio de Xingamira.

Foi de certo n'estas emprezas e excursões que se antolharam pela primeira vez aos navegadores portuguezes o Chire e o Nhassa.

É hoje, de feito, conhecido e incontestado que os habitantes de Sena e Tete visitavam as regiões do Nhassa, no empenho de fazer commercio com as tribus que as habitavam. Burton reconheceu-nos a prioridade no descobrimento e visita da famosa lagoa. Escreve o illustre explorador (a pag. 75 de *The lands of Cazembe*): «The Shire-River draining the Lake Nyassa, was evidently, I have said, well known to the Portuguese». E nas *Observações preliminares* á sua traducção do Diario do explorador portuguez La-

em suas emprezas exploradoras se esqueceu Portugal de empregar, ao lado do commerciante e do soldado, o missionario. Na Africa oriental foram estes principalmente dominicos e jesuitas. Meiado o terceiro quartel do seculo XVI, achavam-se uns e outros estabelecidos n'estas partes. A historia dos esforços sempre heroicos e tanta vez proficuos dos missionarios portuguezes, fizeram-a, entre outros, homens como fr. João dos Santos na *Ethiopia oriental*, fr. Lucas de Santa Catharina na ultima parte da *Chronica de S. Domingos em Portugal*, o padre Balthazar Telles no *Oriente conquistado*. Prova a narração dos chronistas, minuciosa, singela, exacta, que as missões portuguezas souberam ser, a bem da patria e da humanidade, prodigas de sua actividade, de seu suor, e, sempre que as circumstancias o pediram, de seu sangue.

Havia igrejas em todos os centros de actividade portugueza, servidas pelo zêlo d'estes benemeritos da civilisação e da patria; havia-as, como se disse, nas feiras mais importantes. É grande a lista dos que succumbiram, não só ás enfermidades locaes, á perversidade do clima em que lidavam, senão ás mãos do gentio barbaro e fanatico. São celebrados entre muitos outros os exemplos de fr. João da Trindade e fr. Luiz do Espirito Santo, os valentes apostolos do Monomotapa, martyrisados pela patria e pela fé.

IV. Disse-se já quaes os agentes empregados por Portugal em suas emprezas exploradoras: o missionario, o commerciante e o soldado. Empregavam naturalmente estes agentes, segundo sua condição, um dos meios, que, desde a antiguidade, tem sido causa efficiente de colonisação — o sentimento religioso, o commercio, as armas. Cada qual, porém, se animava em parte, quando menos, do sentimento que animava os outros. Os nossos missionarios, por exemplo, os nossos commerciantes não esqueceram nunca a sua honrosa condição e titulo de portuguezes, e ao mesmo tempo que promoviam os interesses eternos das almas em nome da religião, de que eram ministros, ou os interesses transitorios em nome do commercio, de que eram agentes, procuravam a grandeza e a gloria da terra de que eram filhos.

Os soldados e aventureiros não se preoccupavam apenas com os interesses puramente militares ou politicos — a dilatação do

cap. VIII[1].) E o padre Manuel Godinho, o eminente jesuita, escreve na sua *Relação* com respeito ao Chire e ao Nhassa: «Que haja a tal lagoa (Zachaf[2]) dizem-o não só os cafres, senão portuguezes que já lá chegaram navegando pelos rios acima». E no Diario da sua marcha ao Cazembe, e com referencia ao dia 21 de setembro de 1798 allude Lacerda «á nação Mussucumba» vizinha «das margem do Chire e Nhanja» e aos povos Arambos e Ambos ao sul do mesmo rio «que commerceiam com os indigenas e moradores do Zumbo[3]».

O proprio dr. Livingstone reconhece que soubera da existencia do lago Nhassa pelo capitão mór das terras da corôa e juiz dos milandos ou pleitos entre os cafres. Fôra com effeito pelas declarações de Cardoso que o illustre doutor soubera que as terras atravessadas pelo Chire «eram baixas, planas e apauladas, mas abundosamente povoadas de gente brava» e que «aos portuguezes era muito difficil navegar o Chire até o lago Neganja, por causa da excessiva abundancia de uma planta aquatica, a que os mesmos portuguezes pozeram o nome de *alfacinha,* pela similhança que tem com a alface, que difficulta e tolhe o vogar das canoas».

Fica pois assente que não só os portuguezes conheciam o Chire, o Nhassa e as regiões convizinhas, mas que os frequentavam por amor do trafico, isto é, com intuitos puramente praticos, muito antes, de com esses mesmos intuitos, o dr. Livingstone os ter descoberto.

3.º No glorioso empenho de Portugal na Africa trabalhava e illustrava-se, a par da audacia, da avidez mercantil de nossos commerciantes, o zêlo e a caridade de nossos missionarios. Nunca

---

[1] Fr. João dos Santos percorreu por varias vezes estas regiões de 1586 a 1597.

[2] O Zachaf de Godinho é o Nhassa ou Nyassa dos modernos geographos. Assim o diz o marquez de Sá com o assentimento tacito de Burton.

[3] Referindo-se á colonia estabelecida no Aruangua inferior, cerca de 1824, pelo coronel Francisco Alves Machado, governador de Rios de Sena, diz ainda Burton: «We can hardly therefore say that the Portuguese have not explored these parts, which are about on a parallel with the northern part of the Nyassa lake».

em suas emprezas exploradoras se esqueceu Portugal de empregar, ao lado do commerciante e do soldado, o missionario. Na Africa oriental foram estes principalmente dominicos e jesuitas. Meiado o terceiro quartel do seculo XVI, achavam-se uns e outros estabelecidos n'estas partes. A historia dos esforços sempre heroicos e tanta vez proficuos dos missionarios portuguezes, fizeram-a, entre outros, homens como fr. João dos Santos na *Ethiopia oriental,* fr. Lucas de Santa Catharina na ultima parte da *Chronica de S. Domingos em Portugal,* o padre Balthazar Telles no *Oriente conquistado.* Prova a narração dos chronistas, minuciosa, singela, exacta, que as missões portuguezas souberam ser, a bem da patria e da humanidade, prodigas de sua actividade, de seu suor, e, sempre que as circumstancias o pediram, de seu sangue.

Havia igrejas em todos os centros de actividade portugueza, servidas pelo zêlo d'estes benemeritos da civilisação e da patria; havia-as, como se disse, nas feiras mais importantes. É grande a lista dos que succumbiram, não só ás enfermidades locaes, á perversidade do clima em que lidavam, senão ás mãos do gentio barbaro e fanatico. São celebrados entre muitos outros os exemplos de fr. João da Trindade e fr. Luiz do Espirito Santo, os valentes apostolos do Monomotapa, martyrisados pela patria e pela fé.

IV. Disse-se já quaes os agentes empregados por Portugal em suas emprezas exploradoras: o missionario, o commerciante e o soldado. Empregavam naturalmente estes agentes, segundo sua condição, um dos meios, que, desde a antiguidade, tem sido causa efficiente de colonisação — o sentimento religioso, o commercio, as armas. Cada qual, porém, se animava em parte, quando menos, do sentimento que animava os outros. Os nossos missionarios, por exemplo, os nossos commerciantes não esqueceram nunca a sua honrosa condição e titulo de portuguezes, e ao mesmo tempo que promoviam os interesses eternos das almas em nome da religião, de que eram ministros, ou os interesses transitorios em nome do commercio, de que eram agentes, procuravam a grandeza e a gloria da terra de que eram filhos.

Os soldados e aventureiros não se preoccupavam apenas com os interesses puramente militares ou politicos — a dilatação do

imperio. N'esta região, como em todo o resto da costa, como na India, não pensaram sempre os nossos capitães em avassallar pela força as tribus e povos, que encontravam. Guiava-os uma politica mais moderada e justa. Onde foi possivel, pela brandura, ou probidade relativa do gentio, estabeleceram-se accordos e pactos que se designam pela palavra pazes. O caso de Francisco Barreto e o Xicanga é d'isto prova singular, mas não unica. Desbaratára o capitão geral o Quiteve, que, por inveja do Xicanga, se oppunha a que Barreto fosse conquistar as minas de Manica. «Assentou, observa o chronista, Francisco Barreto pazes com o Xicanga para que d'ali por diante podessem os portuguezes entrar livremente pelo seu reino com suas mercadorias e resgatar o oiro de suas minas». Igual caso se deu logo depois com o mesmo Quiteve. Na volta do Xicanga e quando Francisco Barreto se dispunha a fazer cruel guerra ao Quiteve, este «mandou commetter pazes, as quaes Francisco Barreto acceitou com muito gosto, por assegurar este caminho aos mercadores de Sofala».

Segundo essas pazes, a troco da franqueada faculdade de commerciar e de prégar a fé, estipulava-se a amisade e o auxilio, em necessidade instante, do grande Mueneputo. Não existem todos os titulos d'esses accordos, nem era facil que existissem; é de presumir que fossem muita vez, pelo menos, simplesmente verbaes [1]. Ainda em tempos recentissimos se referem exemplos d'estes pactos, allianças, pazes. Em 10 de março de 1832 escreviam o major Correia Monteiro e o capitão Pedroso Gamitto ao governador geral de Angola: «De Tete até o rio Aruangua sempre andámos pelas terras dos Muzimbas e Xevas, alliados da corôa portugueza». Contêem, por signal, alguns d'esses accordos clausulas curiosas. De algumas temos certo conhecimento por se terem respeitado até periodos relativamente proximos. Algumas d'essas clausulas provam, ora a nossa intimidade amiga com o gentio, ora a nossa condescendencia tão humana, quanto politica, ora a be-

[1] São exemplo e modelo d'estes accordos as capitulações entre o capitão mór Manuel Rodrigues Serrão e el-rei de Monomotapa de 28 de junho de 1629. (Vide Livro IV *das monções do reino,* fol. 438. Bicker, *Collecção de tratados*, etc., que o estado da India portugueza fez, etc., pag. 236).

nignidade das relações estabelecidas, ora o nosso respeito pelos direitos dos indigenas, sempre que esse respeito não prejudicava os interesses supremos da cultura e da patria. Assim, o mesmo Francisco Barreto, embora victorioso, se obrigou «a dar ao Quiteve em cada um anno duzentos pannos de tributo». Assim tambem, os reis d'essa mesma região não subiam ao throno sem primeiro avisarem os governadores de Sofala. Por esta occasião enviavam-lhes, por preito, um brinde ou *bindo*, como lhes chamavam. O governador prevenido respondia com outro brinde. N'esse brinde devia incluir-se uma *fumba*, isto é, um fardo de Samater, panno branco procedente da Asia. Tornara-se uso d'esses reis só descerem á sepultura amortalhados em tal panno, que tinha de vir sempre de Sofala. E quando se acclamava o regulo, denominado, pelos nossos antigos, imperador do Monomotapa, eram advertidos os portuguezes para virem tomar posse do territorio que ali lhes pertencia, e que fôra cedido a D. Sebastião pelo regulo ou imperador Panzagutte.

A cessão a titulo gratuito ou oneroso era um dos meios de adquirição de territorios; a esse, cumpre acrescentar a compra e a conquista. Em muitas partes, porém, contentavamo-nos de exercer influencia, preponderancia benefica.

A nossa interferencia era muita vez solicitada, ora pela esperança do lucro, ora pelo terror de nossas armas. «O rei de Xingamira, escreve o governador Sebastião Botelho, com frequencia tem enviado embaixadores a offerecer aos portuguezes terras nos seus dominios, sem condição de pareas». Em officio de 1 de abril de 1854 communicava o governador geral que haviam chegado «á villa de Sena mensageiros dos reis de Manica e do Quiteve, pedindo que os Mozungos (os portuguezes) voltassem a estabelecer-se nas suas terras» e se nomeasse «como era antiga pratica» um novo capitão mór para decidir os milandos ou litigios.

É assim positivo que em muitas d'essas regiões não quizemos mais — e mais não podiamos ou não deviamos querer, — que uma influencia preponderante. Essa influencia era utilisada em proveito geral pelo trafico legitimo e pela missão religiosa.

V. Em outros pontos, porém, obtidos por compra ou por conquista, quando a perfidia ou maldade dos indigenas nos impunha o recurso ás armas, ou quando as necessidades do dominio e do

commercio ameaçado reclamavam a acquisição, instituimos um regimen especial, que se explica pelas condições politicas da metropole, ao tempo da instituição.

Desde que directamente possuimos terrenos na Zambezia, transferimos para ahi o regimen dos prazos, que já a esse tempo devia existir em Moçambique. Os territorios possuidos foram repartidos e concedidos nas mesmas condições dos outros prazos da corôa.

É difficil determinar qual a extensão occupada pelos prazos nos diversos periodos do dominio portuguez. Variam de certo com o alcance e vicissitudes da occupação, ora mais ora menos dilatada, segundo as condições economicas e politicas da metropole, e segundo as condições locaes que, nem sempre foram, como é de prever, as mesmas.

Podemos, comtudo, indicar n'um periodo, que não é extremamente apartado nem extremamente proximo do actual, a importancia d'esses prazos. Em 1830-1831. N'este tempo os prazos da corôa nas tres jurisdicções de Sena, Tete e Quelimane,—exclue-se a de Sofala—eram cem e comprehendiam pouco mais ou menos uma area de 3:600 leguas quadradas portuguezas. Este numero havia subido, anteriormente e incluindo o districto de Sofala, a cento e oitenta e cinco. A natureza feudal d'esta instituição e as leis que a regiam são conhecidas e, em todo caso, estranhas aos intuitos d'este escripto.

Os factos summariamente expostos denunciam que, na medida dos nossos recursos, e segundo as circumstancias dos tempos, explorámos as vastas regiões convizinhas do Zambeze.

Poderá advertir-se que a situação em que actualmente se acham essas regiões mal responde á tenacidade e importancia dos exforços alludidos. A accusada disparidade entre os esforços empregados e os resultados obtidos, explica-se: 1.º, pelas vicissitudes de toda ordem, por que aprouve á Providencia fazer passar a mãe patria no largo lapso de annos, que decorre desde o descobrimento até os nossos dias; 2.º, pela indole d'aquellas regiões e pela da grande parte dos povos que as habitam, avessas ao progresso e á cultura.

O primeiro d'estes pontos não carece de confirmação. A sua verdade é flagrante. Os factos confirmativos da segunda abun-

dam. Conhece-os a Europa em geral, e a Inglaterra em particular que exprime, com o mais preciso rigor, a energia e sinceridade dos seus esforços nos raros pontos, que occupa com o expresso assentimento do governo portuguez, pelo numero das victimas nobremente sacrificadas, e a importancia dos desastres energicamente supportados. Foram vistas e louvadas, por exemplo, a boa vontade, a confiança, a solicitude, que estabeleceram a missão escoceza de Livingstonia. Pois o explorador Augusto Cardoso encontrou recentemente esta missão em condições muito pouco prosperas. «Das casas construidas pelos missionarios, diz elle, restam as paredes e em algumas os telhados; só duas podem ainda ser habitadas... Tudo mais em ruinas ... em parte nenhuma tive tanta fome como em Livingstonia... As missões escocezas em Africa, pelo menos as de Livingstonia e de Blantyre, com a sua succursal no monte Zomba, não servem para nada aos pretos», os quaes o explorador foi encontrar menos accessiveis e bondosos que em outras partes. Estas asserções, no ponto em que principalmente servem ao para que vem citadas n'este logar, são confirmadas por Mr. Drumond, cuja sympathia pela preponderancia ingleza e odio á influencia portugueza é clara e vehementemente manifestada. Diz o pensador e viajante inglez: *The Zambezi is no friend to the European, and this whole region is heavy with depressing memories* [1].

É de advertir que este escriptor não logrou despojar-se na Africa do seu natural optimismo pelo que respeita ao seu paiz. Foi essa desculpavel illusão que o inclinou, por exemplo, a ver prosperidade e futuro nas plantações de café e assucar dos irmãos Buchanan, estabelecidos alem do monte Zomba, das quaes observa o explorador portuguez Cardoso, que elles «não conseguiram tirar meio por cento dos capitaes que empregaram». A estes mesquinhos resultados chegaram mais de onze annos de esforços da grande e poderosa Inglaterra. É que todos os viajantes e exploradores são accordes em registar a resistencia tenaz, que estas regiões offerecem á acção da cultura européa mais intelligente e firme.

[1] *Tropical Africa*, by Henry Drumond, pag. 15.

Um escriptor allemão, geographo commercial, apreciado por sabedor, sem embargo da estreita parcialidade de seus juizos quando trata de homens e cousas portuguezas, escrevia em 1872: «Não ha pensar n'uma futura colonisação das possessões portuguezas na Africa oriental; oppõe-se a ella o clima e se o ex-ministro da marinha Mendes Leal é de parecer no seu relatorio apresentado ás côrtes portuguezas em 1864, que a insalubridade desapparecerá com «a cultura e a colonisação» é uma frivola phantasia *(eine luftige Phantasie)* que carece de fundamento real» [1]. E em outra parte da mesma obra [2]: «O missionario David Livingstone, que, na narração das suas duas viagens, a par de muito valiosas communicações que dá, faz tambem muitas affirmações exaggeradas, chimericas e absurdas, que não resistem á sã critica, sustenta com grande arrojo que o Zambeze é uma via grande e commoda para o coração da Africa, uma estrada por onde podem importar-se, como elle affirma em phrase genuinamente ingleza, «o commercio e o christianismo». Os seus esforços em favor d'este mallograram-se completamente, *como já se haviam mallogrado os dos portuguezes*, e pelo que respeita ao commercio, não póde o Zambeze competir com o Niger ou o Senegal... não póde haver esperanças de que venham a alterar-se as condições n'uma região em que o branco, em rasão do clima, não póde viver e muito menos ainda trabalhar». E mais adiante na mesma pagina: «Toda a região do delta é insalubre no mais alto grau, e a fundação de uma cidade em que gente civilisada possa residir e viver, cousa impossivel».

Em vista d'isto, longe de parecer de pouco alcance o que os portuguezes têem conseguido n'aquellas partes, descriptas pelos que as viram de perto e pelos que as conhecem de longe, com tão lugubres cores, deve parecer verdadeiramente extraordinario. Em todo caso, estes resultados, quer os consideremos minimos, quer os reputemos consideraveis, são os maiores que a qualquer das nações europêas tem sido dado realisar em con-

---

[1] Andre, *Géographie des Welthandels.* Zweiter Band, s. 115.
[2] Ibid., s. 110 e 111.

dições analogas. Já Maltebrun, ao dar noticia do mappa da Zambezia e Sofala, publicado em 1867 pelo marquez de Sá, reconhece: «Não ha duvida em que por esta costa oriental da Africa, os portuguezes tenham ha muito penetrado mais avante do que nenhuma outra nação européa»[1]. Esses resultados só podem attribuir-se a duas circumstancias innegaveis:

Primeira: a tenacidade inquebrantavel dos esforços portuguezes;

Segunda: a singular e providencial aptidão da raça portugueza para a colonisação da Africa.

A communicação, por meio de successivas viagens de exploração entre as duas costas, foi e é o segundo principio da politica portugueza na Africa oriental.

Logo desde os primordios da conquista começaram os portuguezes a sentir as nocivas consequencias de um facto a principio mal conhecido e apreciado: a enorme extensão da via maritima, forçosamente seguida pelas frotas partidas do Tejo em demanda da India.

Os portuguezes haviam encetado e proseguido os seus descobrimentos na persuasão, tão geral quanto erronea, de que a Africa terminava no equador. É presumivel que a não ser este e outros erros, verdadeiramente providenciaes, teriamos desistido do nosso audaz proposito. A realidade foi-se-nos revelando duramente. As carracas, as naus, os galeões, a que os poucos progressos da construcção naval não permittiam dar inteira solidez, e que a duração forçosa das viagens obrigava a sobrecarregar perigosamente, sossobravam com frequencia juncando o fundo dos «mares nunca d'antes navegados» dos corpos dos nossos arrojados marinheiros, e das riquezas trazidas a Lisboa do mais remoto oriente. Enluta o coração a lista lugubre dos naufragios, que desde os primeiros dias assignalaram tristemente as navegações dos portuguezes.

---

[1] *Bulletin de la société de géographie*, 5ème serie, tom. IV.

Accordou conseguintemente e desde logo em todos o pensamento de abreviar a duração das viagens da India. Diminuiriam, na mesma proporção, os perigos do mar e augmentariam os lucros pela diminuição dos desastres e pela maior brevidade das jornadas.

Certas tentativas primeiramente feitas por D. João II, no seu empenho de alcançar as terras do Preste João das Indias, suggeriram provavelmente, em ulteriores dias, o meio de realisar o empenho reputado quasi indispensavel.

Esse meio consistia em devassar o interior do continente africano, procurando caminho ou caminhos, que, ligando as duas costas, servissem para o transporte, que se suppunha mais facil e mais breve, das mercancias indianas.

Não se ignora que el-rei D. João II tambem tentára chegar por terra á India. São conhecidas as audazes, embora improficuas, tentativas de dois dos mais arrojados exploradores que haja produzido Portugal, berço natural e fecundo d'elles: Covilhã e Paiva.

Não seria facil determinar com rigor quando este pensamento arrojado e feliz se traduziu na realidade de um primeiro tentame. Não será comtudo ousadia suppol-o coevo dos primeiros grandes e lastimosos naufragios, que escurecem a historia das conquistas portuguezas. É certo, de todo ponto certo, que antes de terminado o primeiro quartel do seculo depois da afortunada viagem de Vasco da Gama, esse pensamento estava, não só concebido e esboçado, mas em termos de inteira execução.

Por fins de 1520, Gregorio da Quadra, que uma longa e aventurosa peregrinação pela Arabia e Persia fizera pratico, familiar com os perigos de emprezas similhantes, era enviado por el-rei D. Manuel ao Zaire, no intuito de descobrir o caminho á contracosta pelas terras do «Precioso João Imperador e rei do Abexi». Já o audaz emissario do soberano portuguez se achava no continente que lhe incumbia perscrutar, quando encontrou d'aquelles duros e insuperaveis estorvos, que ainda hoje e em toda parte se antolham ao explorador africano, —a má vontade e as intrigas de amigos e adversarios. Teve, por isso, de desistir do empenho e de tornar-se ao reino. Esperava Quadra, no seu nunca desalentado animo, que o poder e vontade de D. Manuel lhe des-

fariam todo estorvo; e não esperava sem rasão, que D. Manuel estava vivamente empenhado na tentativa audaz do seu dedicado aventureiro; mas, por infortunio grande, quando Quadra aportou a Lisboa em fins de 1521, teve a magua de achar já defunto o glorioso rei, que o enviára.

Desde este primeiro, ainda que infructuoso, ensaio, as tentativas repetiram-se com tão pertinaz insistencia, que, embora medeiem com frequencia entre ellas largos lapsos de tempo, póde, sem receio de provavel desmentimento, reputar-se a jornada á contra-costa, como por esses dias frequentemente se appellidava o arrojado commettimento, por uma das feições essenciaes da politica colonial portugueza.

Não póde naturalmente omittir-se n'este logar uma circumstancia interessante: em todas as subsequentes tentativas a jornada á contra-costa, em vez de começar, como a primeira, ao norte, pelo Congo, enceta-se, pelo sul, por Benguella e o Zambeze.

Determinaram diversas rasões esta alteração do plano primitivo. Entre essas rasões figuram erros communs aos geographos portuguezes, e conseguintemente aos de toda a Europa, que eram então, sem duvida, os de Portugal os mais ouvidos e abalisados. A saber:

1.° A convicção que a Africa era para o sul mais estreita do que realmente é, portanto que era tambem menos extenso o caminho que separava as duas costas. O illustre explorador portuguez Francisco José Maria de Lacerda e Almeida presumia ainda que os territorios de Angola partiam a leste com os de Moçambique e Rio de Sena, isto é, Zambeze. O padre João Pinto no seu Diario, e com referencia aos dias 19 e 20 de janeiro de 1798, declara muito especificadamente a distancia que vae da côrte do Cazembe ás terras de Angola pelas de Cumbo, de Muropoe e de Mueneputo.

2.° Porque a datar de certo tempo era este accesso ao grande continente, por motivos apontados em outra parte, mais conhecido e frequentado.

3.° A presumpção geral de que esse grande e poderoso veio seria por mui grande extensão navegavel. Já então se entendia que o transporte fluvial offerece todas as vantagens do maritimo

e do terrestre sem nenhum dos inconvenientes, que embaraçam e prejudicam estes ultimos. Acrescendo o acreditar-se geralmente, como ainda nos fins do seculo passado (1794-1795) se acreditava, que o Cunene e o Zambeze eram o mesmo rio, ou se achavam, pelo menos, intimamente ligados entre si. O proprio e tantas vezes mencionado explorador Lacerda, que dirigira a expedição destinada a descobrir o curso do Cunene (1787) escrevia na sua conhecida Memoria a D. Rodrigo de Sousa Coutinho: »E acaso será elle (o Cunene) o mesmo Sena? Duas rasões m'o persuadem».

4.° O acreditar-se em geral a existencia de um grande lago central onde tinham sua primeira origem alguns dos grandes rios de Africa. Assim, fr. João dos Santos, —para citar uma indiscutivel auctoridade— narra [1]: «Dizem os cafres que este rio (o Zambeze) nasce de uma grande lagoa que está no meio d'esta Ethiopia, da qual nascem outros rios muito grandes que correm por diversas partes». Sabe-se que, entre esses rios muito grandes com origem na tal lagoa, se incluia, por exemplo, o Nilo.

Seria longo e por agora vão traçar com os elementos que ainda existem a historia minuciosa d'essas seculares tentativas. Bastará recordar summariamente algumas, que tornaram mais celebrados os resultados obtidos ou fizeram mais conhecidos alguns documentos ulteriormente publicados.

Nos subsequentes quarteis do primeiro seculo faltam vestigios de tentame novo; não se desamparou de todo o grande empenho, mas procrastinou-se até menos cheios e trabalhosos dias. O primeiro principio já apontado como essencial na politica africo-portugueza, talvez por mais urgente, parece ter absorvido, com detrimento do segundo, as attenções e desvelos da metropole. Os successos da usurpação castelhana e suas primeiras e mais duras consequencias, devem ter contribuido poderosamente para o temporario esquecimento, se o houve, d'este projecto singular.

O seculo subsequente póde porém considerar-se o seculo das tentativas de viagem atravez da Africa por parte de Portugal. Já

---

[1] *Ethiopia oriental*, liv. II, cap. II.

o seculo XV fôra o seculo das tentativas, felizmente mais efficazes e fecundas, de navegação da costa africana.

Nos primeiros annos do seculo XVII era governador de Angola Manuel Cerveira Pereira. Por espontaneo e proprio motu, ou «por ordem que por isso traria, ou lhe viesse do nosso reino de Portugal»[1] resolveu a conquista do reino de Benguella. Tinha o illustre governador um unico intuito em tal conquista: o descobrimento da communicação com a contra-costa. Manuel Pereira Forjaz proseguiu na mesma tentativa, e enviou para esse fim uma expedição. Deu o commando d'ella a Balthasar Rebello de Aragão, um dos valentes capitães que haviam servido em Benguella sob Manuel Cerveira Pereira. Chegou Aragão a penetrar com força respeitavel no sertão dos Moluas. Teve comtudo de sobreestar por então no intuito. Forçou-o a isso o ter de acudir á fortaleza de Cambambe, sobresalteada pelo gentio inimigo.

Ainda n'esse seculo, e pelos annos de 1676 e 1680, Ayres de Saldanha tentou de novo abrir communicação entre as duas costas da Africa. Diversas circumstancias, que nada importa mencionar, constrangeram-o ainda uma vez a desistir.

Ha mais do que meras presumpções de que desde os annos do governo de Cerveira até 1665 se tentassem novas emprezas com o mesmo fim. De feito, o famoso jesuita Manuel Godinho, cuja luminosa *Relação do novo caminho*, etc., foi impressa n'este ultimo anno, faz rapida menção d'essas tentativas. Referindo-se á necessidade e relativa facilidade de achar uma communicação breve entre as duas costas, escreve: «As condições que devem concorrer em seu descobridor (do caminho á contra-costa), o poder que ha de levar, o modo com que se deve haver pelas terras por que passar, disse já em outro papel que se me pediu para bem do descobrimento»[2]. Não se descuidava o governo em Lisboa d'este objecto importante e entendeu, e com rasão, prevalecer-se das altas qualidades e saber que denuncia em Godinho a Relação.

---

[1] Cardonega, *Historia das guerras angolanas*. Mss.

[2] *Relação*, etc.. cap. XXIV, in fine.

No seculo XVIII a expedição mais importante é a que se levou a effeito nos ultimos annos d'elle. Dirigia-a um homem eminente. Fôra-lhe este projecto recommendado do reino. Elle proprio o reconhece n'estas palavras de seu officio de 21 de março de 1798 dirigido ao já mencionado D. Rodrigo de Sousa Coutinho: «Sobre a importantissima diligencia, que Sua Magestade me incumbiu, de ir descobrir ou verificar a possibilidade de communicação das duas costas oriental e occidental de Africa...». Os documentos, que a esta diligencia se referem e ainda hoje por fortuna existem, explicam, até certo ponto, porque outros, cujos documentos se perderam de todo ou se acham temporariamente extraviados, não surtiram o effeito desejado. Mas se foi provavelmente a mais importante, graças ao raro valor de quem a dirigia, não foi todavia a unica d'este seculo, a expedição do illustre e doutissimo Lacerda. Elle proprio, referindo-se ao projecto que tinha de abrir «a communicação por terra das duas costas oriental e occidental da Africa», projecto que era tambem do ministro a que elle se dirigia, escreve estas formaes palavras: «Eu sei que esta empreza já tem sido intentada por differentes generaes e governadores». Um d'estes generaes e governadores era o proprio pae do ministro Sousa Coutinho, que o legára, como se vê, a seu filho.

Representa uma d'estas tentativas, frustrada como tantas outras, ou era, quando menos, um passo que devia facilital-a, a viagem, desde Benguella ás terras de Loval, de José de Assumpção e Mello e Alexandre da Silva Teixeira, moradores de Benguella. Esta expedição durou até 1798 e deu d'ella conta o governador de Benguella, Botelho de Vasconcellos. Distinguiu-se sempre entre os mais vivos propugnadores do ousado commettimento o ministro Sousa Coutinho. Em 14 de março de 1800 escrevia elle a D. Miguel Antonio de Mello, governador e capitão general de Angola: «É Sua Alteza Real servido que v. s.ª veja se é possivel tentar alguma expedição a este respeito (a ligação das duas costas de Africa) e ir prolongando alguns presidios pelas margens mais distantes do Quanza, ou se ao menos se podem descobrir vestigios de communicação dos negros com os cafres». E mais adiante: «Igualmente deve v. s.ª ficar entendendo que este plano de communicação de que trata o governador dos Rios de Sena

(era o illustre Lacerda e Almeida, que já dêra conhecimento do seu plano) e projecto de prolongar os presidios interiores são os dois grandes objectos de que Sua Alteza Real especialmente o encarrega».

Poucos annos depois, e nos primeiros do seculo actual, o tenente coronel Francisco Honorato da Costa, commandante e director da feira de Mucary, enviava os pombeiros Pedro João Baptista e Anastacio José a Tete. Estes partiram do Cassange em maio de 1806, chegaram a Tete em 2 de fevereiro de 1811 e d'ahi regressaram a Cassange.

Não foi indifferente á regencia, que então governava o reino em nome da rainha enferma, a tentativa de Costa, plenamente coroada de exito. O esforço de seculos chegava a um resultado final e pratico. A importancia dos premios concedidos a quantos, por qualquer fórma, intervieram no intuito audaz mostra a grandeza do jubilo que tal resultado produziu. Não se ficou o regente em justas, mas estereis demonstrações. Deliberou-se desde logo formar um regimento de pedestres de que foi dado o commando a Honorato, e feito official o primeiro dos ardidos exploradores. Este regimento era creado com o fim exclusivo de se proseguir no empenho de determinar e fixar definitivamente o caminho entre as duas costas.

A expedição de Tete ao Cazembe realisada pelos majores Monteiro e Gamitto, nos annos de 1831 e 1832, bem como a «Viagem de Loanda com destino ás cabeceiras do Rio Sena» por Joaquim Rodrigues, emprehendida em 18 de março de 1843 e terminada em setembro de 1847, são ainda esforços, que tinham por fim, mais ou menos proximo, o que havia sido uma preoccupação dos portuguezes, quasi desde os primeiros dias, em que puzeram pé no continente africano.

Um dos chefes da expedição de Monteiro e Gamitto em officio, que de Lunda, capital do Cazembe, dirigiu ao governador de Angola em 10 de março de 1832, «em vesperas de marcha de regresso para a villa de Tete», escreveu: «Devo dizer a v. ex.ª que tenho feito indagações por estes povos sobre a distancia que será d'aqui a esse reino de Angola». E declara qual o resultado d'essas indagações. E o governador Antonio Manuel de Noronha

dando noticia ao ministro, visconde de Sá da Bandeira, em 30 de abril de 1839, d'esta communicação, que recebêra em 25 do mesmo mez por mão de Manuel Antonio Pires, alferes da companhia movel de Pungo Andongo, não se esquece de advertir: «Não descansarei na diligencia de communicar o mais francamente que seja possivel com as provincias da costa oriental d'esta região a fim de ver se obtenho o commercio da Asia através do sertão...» Reapparece, d'este modo, claramente expressa, a rasão determinante de tantas tentativas heroica e tenazmente feitas desde o seculo XVI, em dias em que, alteradas profundamente com o devolver dos tempos as condições do nosso commercio na Asia, essa rasão não poderia ser nem essencial, nem unica.

Cinco annos depois de Graça haver rematado a sua viagem de exploração, começava a sua Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto (20 de março de 1852). Silva Porto encontrou-se, como é sabido, com o dr. Livingstone na povoação do chefe Sekeleto, no paiz do Baroze, tão cuidadosamente visitado depois e descripto por Serpa Pinto. Ficou em Cutonge depois de cento e sete dias de jornada; não deixou porém de encarregar solicitamente a seus enviados de a terminarem. Estes chegaram com effeito ao Ibo, residencia do governador portuguez de Cabo Delgado, em 23 de agosto de 1853.

Era em tempos ulteriores este empenho do governo portuguez manifesta e geralmente conhecido. A elle se refere Ladislau Americo Magyar na carta, que, em 21 de março de 1853, escreveu ao governador de Benguella sobre as suas peregrinações. Reconheceu este explorador que Portugal pretendia abrir «uma communicação do litoral occidental até o oriental, não poupando sacrificio nenhum para alcançar um fim tão louvavel».

As palavras d'este explorador são a expressão precisa de uma verdade incontestavel. Condições economicas, circumstancias de toda ordem ainda uma vez fizeram afrouxar o governo portuguêz em seu empenho secular. Não desistiu porém de todo. Findo um periodo de constrangida inercia, renasce o projecto, vigoroso e vivaz. Parece que a existencia de Portugal em Africa depende da realisação d'esse empenho patriotico, em que se têem consumido largamente vidas e dinheiro.

Assim decorrem annos, mas, apenas as circumstancias o permittem, Portugal, nunca esquecido do seu velho e glorioso proposito, prepara nova expedição com recursos importantes. Á testa d'esta nova e sempre difficil tarefa, collocam-se tres officiaes do exercito e da marinha de guerra portugueza. Serpa Pinto impunha feliz termo á sua arrojada viagem da costa occidental á oriental do continente escuro com sua chegada a Pretoria em 12 de fevereiro de 1879. Ao mesmo tempo seus dois companheiros Capello e Ivens, percorrendo uma parte ignorada ainda d'esse mesmo continente, faziam largos e seguros estudos na vasta area que se estende «de Benguella ás terras de Iacca». E, logo depois, partindo d'essa mesma Benguella que, como se viu, fôra pelas armas adquirida para a corôa portugueza no pensamento de a converter em base de operações exploradoras pelo sertão africano até a contra-costa, os dois heroicos viajantes atravessaram toda a região que separa a costa occidental da oriental, chegando a Tete a 4 de junho de 1885. A estes dois cabaes trajectos de costa a costa da Africa, realisados em breve lapso de tempo, com presteza e facilidade, que moveram o espanto da Europa culta, seguiram-se, com intervallos pouco apreciaveis, as viagens parciaes, mas tão plausiveis e tão significativas do proposito, que, com rasão se póde chamar de todo ponto portuguez, pois portuguez e só portuguez tem sido em largo correr de seculos, as expedições de Loanda ao Muata Jambo e a do Ibo ao lago Nyassa, a primeira dirigida por Henrique de Carvalho e a segunda por Augusto Cardoso.

Estes factos, summariamente expostos, mas absolutamente irrecusaveis, provam ser em todo tempo de Portugal o empenho de effeituar facil e definitiva communicação entre as duas costas da Africa. É que se algumas das rasões mais ponderosas, que aconselhavam esta ligação, desappareceram no tempo, que vae devolvido do seculo XVI ao actual, as que ainda iam subsistindo, e as que subsistem ainda hoje, bastavam e bastam a justifical-a e a impol-a. Subsistem, por exemplo, e igualmente vigorosas, as que o tão intelligente quanto infortunado explorador Lacerda significava ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho.

Referia-se o illustre viajante á «possibilidade de facil e breve communicação de Portugal com estes rios de Senna» no pensa-

mento de «poder-se tirar do centro da mesma Africa, por meio do commercio com os seus habitantes, as utilidades, que o terreno e a industria podem dar, alem da principal causa, que move Sua Magestade a fazer tão grande despeza, qual vem a ser, a reducção d'aquelles infieis ao gremio da igreja[1]».

A ellas allude o illustre ministro quando em officio de 14 de março de 1800 escreve a D. Miguel Antonio de Mello, governador e capitão general do reino de Angola: «Na intelligencia que fará um serviço á real corôa, se pelo meio da communicação das duas costas procurar dar ao commercio e interesses d'esse reino uma extensão e solidez vantajosa».

Em presença do que ahi fica summariamente exposto, comprehende-se que Portugal se creia constituido no direito e no dever de conservar sob seu dominio o grande rio que elle primeiro descobriu, que primeiro devassou, para cuja occupação e civilisação não tem poupado esforços, bem como de proseguir no ousado proposito de ligar as duas costas de Africa por meio de centros e estações de commercio e de cultura.

É presumivel que a indole e a estreita sequencia dos factos expostos, sem embargo de seu grandissimo alcance, não imponham á Inglaterra, como a nação alguma com quem não tenhamos accordos especiaes, a obrigação estricta e indeclinavel de nos não tolher o exercicio d'esse direito, de nos não estorvar o cumprimento d'esse dever. Mas é mais que certo que diversas e gravissimas considerações lhe aconselham o respeito pela secular actividade portugueza n'aquellas regiões, senão como um dever juridico, como um dever moral. A benevolencia sincera que as nações reciprocamente se devem, e que é um dos mais pláusiveis fructos do christianismo e do progresso, as antigas e felizmente indestructiveis relações de alliança e amisade, que subsis-

---

[1] *Instrucções*, etc., de Francisco José de Lacerda e Almeida. Vide *Annaes maritimos e coloniaes*, 4.ª serie, n.º 8.

tem desde seculos entre a corôa portugueza e a corôa ingleza, não aconselham esse nobre respeito com menos energia, e, é de esperar, com menos efficacia.

As considerações, a que vem de alludir-se, são de duas ordens:

1.º O reconhecimento expresso ou tacito, por outras nações, do direito que reclamâmos.

É indiscutivel que nossos direitos, nos termos e limites em que ficam expressos, têem por si assentimento tacito quasi universal. Para este nobre assentimento contribuiram por certo algumas, quando menos, das considerações expostas n'este documento. Póde asseverar-se que, com excepção da Inglaterra, nenhuma nação culta oppoz jamais qualquer duvida á legitimidade de nossos affirmados direitos. Mas ha mais do que este simples assentimento tacito. Com algumas das maiores nações da Europa temos, celebrados recentemente, accordos que importam o expresso reconhecimento d'esses direitos. (Tratados com a Allemanha e a França de 12 de maio e 30 de dezembro de 1886).

Não obrigam expressamente estes factos a qualquer nação que os não tenha firmado ou acceito. É certo; mas é igualmente certo que esses accordos são um abono serio e grave, abono tanto mais grave e serio quanto mais seria e grave é a influencia e importancia das nações que o prestam, do valor real dos direitos portuguezes. Nosso testemunho, que podéra, com rasão, e sem offensa, taxar-se de suspeito, corrobora-se por esta fórma com testemunhos tão valiosos quanto insuspeitos a todos.

2.º O reconhecimento, por parte da Europa, de direitos fundados em factos analogos, embora de inferior alcance, aos allegados por nossa parte.

No conceito de varios publicistas, de Bluntschli, por exemplo, o simples descobrimento não basta a justificar o dominio. Assim reputa o eminente jurisconsulto allemão infundado o direito de soberania que a Inglaterra se arrogou em tempo no continente norte-americano por o veneziano Caboto o ter descoberto em seu nome e por seu mando. É de advertir que, — e não deixa Bluntschli de o notar, — o arrojado navegador percorrêra simplesmente

a costa. Não se paga o illustre publicista com «a simples vontade de tomar posse ou com a symbolica ou expressa declaração d'essa vontade». Não se póde porém, dizer, sem manifesto aggravo da verdade, que Portugal se haja limitado, nos seculos que decorrem depois da sua primeira entrada em Africa, a manifestar simplesmente vontade de occupar os territorios, que actualmente reclama. Seu claro empenho, n'esse longo decurso de annos, traduziu-se em immensos factos reaes, de uma realidade ás vezes bem cruel para elle. Muita vez se viu constrangido a recuar, a affrouxar, a suspender mesmo transitoriamente a sua acção, a desistir, porém, d'esse empenho, a desamparal-o, nunca. Seria justo entender-se que a persistencia d'essa intenção, persistencia affirmada sempre com factos e não com meras palavras, bastava, dadas as condições moraes, sociaes e climatericas dos territorios reclamados, a substituir a occupação effectiva e constante, que fôra quasi irrealisavel. O publicista citado não se dedignaria dar a esta affirmação a auctoridade de seu grande nome.

Têem algumas nações, e mais de uma vez, e muito particularmente a Inglaterra, manifestado a resolução de não admittir soberania onde não exista occupação. É incontestavel a tendencia do direito moderno de não reconhecer direitos, que não assentem em posse real. Mas é por igual incontestavel que a rigidez theorica d'este principio tem sido attenuada na pratica, quando se trata de soberania européa na Africa.

É assim para citar exemplo recente, que a Europa inteira, sem exclusão da propria Inglaterra, reconheceu e reconhece a soberania do estado livre do Congo em regiões, onde elle a não póde exercer ainda. É visivel d'onde deriva este proceder benevolo. Deriva de um sentimento perfeitamente plausivel, que importa e exprime o espirito de união, solidariedade e concordia, com que as nações se empenham na grande obra da regeneração da Africa. Cada qual parece ter tomado, segundo sua indole e tradições, ou segundo suas condições politicas e economicas, uma parte da tarefa enorme. Na realisação d'esse empenho glorioso e util, mas despendioso e duro, têem empenhado sacrificios longos de cabedal e vidas. As regiões sobre que a actividade européa benefi-

camente se tem exercido, são das que avidamente absorvem, são das que consomem cruelmente rios de sangue e oiro, antes de retribuirem, por qualquer fórma, ainda em limites tenues, o despendio feito. Tem-se por esse motivo entendido que o principio alludido se não devia applicar estrictamente, que a extensão da soberania se não devia medir pela occupação effectiva e real, mas sim por outra e mais equitativa craveira, que parece ter-se encontrado na importancia e duração dos esforços feitos, na necessidade de compensação proporcional e justa. Seria de toda a justiça medir por igual fórma a soberania portugueza nas regiões de que se trata. As nações que até hoje a não tenham reconhecido expressamente, dariam, fazendo-o, um nobre exemplo de rectidão e benevolencia, uma prova de congruencia e imparcialidade.

Contra a soberania portugueza não póde nem sequer invocar-se uma rasão de conveniencia geral. O livre exercicio do direito, que nos arrogâmos, não só não offende direitos, mas nem sequer prejudica justos interesses de outrem.

É intenção do governo portuguez não levantar estorvos á acção individual, ao commercio livre de todos os povos nas regiões sobre que affirma a sua soberania. É tambem seu proposito deliberado abrir, por accordos mutuos, o grande rio africano ao livre commercio do mundo e manter franco a todos o accesso ás regiões onde conseguir levar a sua acção benefica. Leia-se a carta que o ex-ministro interino da marinha, Barros Gomes, recentemente dirigiu ao presidente da sociedade de geographia de Lisboa. Ahi se acham fixados de vez alguns pontos da politica portugueza na Africa.

De modo que parece perfeitamente licito affirmar que, não só não encontra os interesses legitimos dos povos o exercicio livre e respeitado da soberania portugueza, mas antes muito os promove e auxilia. Poderão as nações cultas gosar as vantagens dos esforços portuguezes com despendios, descommodos e perdas menores que as que sempre reclamam taes esforços.

Assim, o que em geral se reputa um direito, póde facilmente appellidar-se um dever pesado, a cujo cumprimento se sujeita Portugal, principalmente, por assim lh'o exigir uma gloriosa tra-

dição de seculos. É, em grande parte, um sacrificio, que tem compensação, mas um sacrificio, o que Portugal reclama, e a que tem por dever serio sujeitar-se.

Pareceu conveniente entregar á apreciação de todos estes factos e allegações, cujo valor não póde seriamente contestar-se. Este documento, alem dos que sobre este assumpto se acham officialmente publicados, contribuirá de certo a convencer a todos da verdade de nossas reclamações e rectidão de nossos propositos. É justo e bom que todos se persuadam que Portugal, affirmando seus direitos com a firmeza que lhe presta uma convicção sincera, não inicia uma politica nova, nascida de inesperadas ambições recentes, mas segue uma politica tradicional, cuja manutenção é mais que um direito respeitavel que lhe assiste, pois é um dever sagrado que lhe incumbe. É principalmente a Inglaterra, que Portugal deseja ver convencida da sua rasão e justiça, mas não é só á grande nação, a que a prendem antigas relações e uma alliança gloriosa, que Portugal deve dirigir-se.

A toda a Europa, que por intermedio de seus naturaes representantes terá talvez de contribuir, por modo immediato e directo, na solução pacifica e final de todas as questões que se prendem com o dominio europeu na Africa, deve Portugal desejar que seja presente uma parte pelo menos das suas justas allegações. Tambem, para conhecimento d'ella, julga que deve deixar summariamente expostas algumas d'essas allegações em documento, que poderá fazer parte d'esse interessante e já longo processo.

É bem que se conheçam os fins a que tendem nossos propositos e os principios d'onde procedem nossas reclamações.